

Cardoso Alves quer rever dívida externa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Obter dos credores externos um tratamento adequado para a dívida brasileira, em função das profundas reformas econômico-financeiras promovidas no plano interno — essa a sugestão que o deputado Roberto Cardoso Alves fez, dois dias atrás, ao chanceler Abreu Sodré. O parlamentar paulista pretende, no âmbito do PMDB, levantar a rediscussão da dívida externa, partindo do pressuposto de que os juros internacionais, além de baixar, precisam ser mantidos estáveis. Sua flutuação é danosa sob todos os aspectos, e arrisca-se, continuando, a colocar em xeque os esforços e os sacrifícios brasileiros no combate à inflação.

Para o parlamentar, da ala moderada do PMDB, e secretário-geral do partido, não podemos continuar a assistir impassíveis à sangria efetuada em nossos recursos, da ordem anual de bilhões de dólares. Precisamos desse capital, agora que o governo promoveu medidas capazes de interromper a especulação e incentivar a produção. A revisão da política externa, no aspecto econômico-financeiro, passa a prioridade absoluta. Abreu Sodré prometeu examinar a sugestão assim que retornar da Suécia; para onde viajou ontem como representante do governo brasileiro nos funerais de Olof Palme. Vai procurar o presidente José Sarney e os ministros da área econômica visando a elaboração de estratégia capaz de obter do governo americano e dos bancos credores mentalidade mais compreensiva.

O PMDB parece, assim, engajar-se na tese levantada há uma semana por Aureliano Chaves, para quem o PFL deve agir na sustentação de ampla renegociação da dívida externa. Cardoso Alves levou o tema a Ulysses Guimarães, enfatizando existir espaço negociável com os credores. Afinal, afirmou, a dívida pressupõe uma aliança entre os Estados Unidos e o Brasil. Washington sabe perfeitamente que a fome e a miséria são os grandes aliados do comunismo. Ele discorda do secretário de Estado, Foster Dulles, para quem as nações não tinham amigos, mas interesses. No caso, o interesse não existe sem a solidariedade. Não se trata de propor a moratória, nem o calote. Esses expedientes em geral partem de velhacos, tendo nosso país, ao longo dos anos, dado seguidas demonstrações de seriedade. A hora seria da contrapartida.

Elogiando o pacote econômico-financeiro, o deputado identifica outra consequência básica, paralela à investida no campo externo: é fundamental, para ele, que o governo comece a cortar na própria carne. A redução dos gastos oficiais, nas empresas estatais, representa condição básica para o sucesso da nova política. Há que enxugar os custos da máquina administrativa, para agilizá-la. Importa, também, passar da teoria à prática e iniciar o processo de privatização de empresas não essenciais ao Estado. Com o cerceamento às atividades do capital especulativo, urge abrir espaços para o capital produtivo. Precisamos produzir.

Nesse ponto de seu raciocínio, ele faz uma ressalva: não está contra a reforma agrária, que julga necessária, mas recomenda prudência diante de certas atitudes demagógicas. Se o essencial é a produção, como retirar dos produtores a garantia mínima de que seus esforços serão retribuídos? Quem que produz, no campo, irá parar de produzir se, sobre ele, pesar a ameaça do confisco de terras.

Mantendo sua posição moderada e imaginando tornar o PMDB um partido de centro, mesmo contemplando teses à esquerda, Roberto

Cardoso Alves repete o que disse há algum tempo: para o seu gosto, há esquerdistas demais no governo, principalmente no segundo escalão. O Ministério atual, para ele, identifica-se muito mais com a linha democrática centrista do que o Ministério passado. Espelha o PMDB. A equipe composta por Tancredo Neves apresentava a presença de grupos e grupelhos, o que não ocorre agora. Este é o Ministério dos seus sonhos, que tem tudo para acertar, como vem acertando. Considera o presidente José Sarney afinado com o pensamento nacional, sério e com capacidade de promover mudanças profundas no País, não as reformas demagógicas pregadas pelas esquerdas radicais, mas aquelas necessárias, exigidas pela Nação.

Em termos políticos, apóia a recondução de Ulysses Guimarães à presidência do PMDB, e assim permanecerá enquanto a legenda não for um partido, mas uma frente partidária. O presidente da Câmara tem diploma de PhD na administração de conflitos, sabendo caminhar em equilíbrio instável e comportar tendências diversas. Quando o PMDB se transformar em partido, no futuro, chegará a vez de outros líderes. A coerência, a homogeneidade e a união em torno de um pensamento democrático-social de centro acabarão por integrar e definir a legenda, mas leva tempo. Não aceita a dupla militância e elogia parlamentares como Alberto Goldman, Fernando Santana e Aurélio Peres, que assumiram a posição de comunistas e foram para os PCs. Mas ficaram muitos malandros no PMDB, fazendo jogo duplo. Com o tempo, tomarão seu rumo. A Frente Progressista pretendida por um grupo de peemedebistas, em aliança com Leonel Brizola, é para Roberto Cardoso Alves uma aventura inconsequente. Exprime a ação daqueles que têm ficado contra tudo, no partido. Primeiro, não queriam Tancredo Neves, articulando-se em torno do grupo "só diretas". Depois, contestaram José Sarney. Hoje, querem viver à sombra da memória de Tancredo e do poder de Sarney. Comportam-se com a mais absoluta incongruência, "pretendendo que dela escorra o leite do nepotismo e da fisiologia".

A candidatura de Orestes Quércia é uma realidade para o PMDB paulista, e Roberto Cardoso Alves integra-se nela, como disse. Lamenta o quadro global, onde aparecem Paulo Maluf e Eduardo Suplicy, depois da retirada de Olavo Setúbal, mas reconhece que cada povo tem o governo que merece, devendo São Paulo merecer o governo que escolher. Em suas palavras, o PT não é partido dos trabalhadores, mas partido comunista revolucionário, empenhado em estabelecer a ditadura do proletariado. Mas apenas dos proletários do PT: "Os companheiros de Luís Ignácio da Silva pregam a luta de classes e praticam atos de malandragem política — coisa que o eleitorado sabe, e, para a qual, dará a resposta decisiva em 15 de novembro".

Uma informação do secretário-geral do PMDB foi de haver procurado Ulysses Guimarães e Franco Montoro, esta semana, para transmitir-lhes denúncias da maior gravidade sobre fatos que estariam ocorrendo no governo de São Paulo. Sem muitas palavras, acusou José Serra de se estar servindo da máquina administrativa para fins eleitorais, como candidato a deputado federal. Também falou nas acusações feitas a Sérgio Motta, na Eletropaulo, que estaria utilizando o poder para objetivos pessoais. Espera que o governador Montoro, um homem digno e honrado, venha "a pegar pela gola todos os que malversam a coisa pública, colocando-os no olho da rua". C.C.